



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
 Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670
 Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

ÓRGÃO JULGADOR: 1ª CÂMARA CRIMINAL
JUÍZO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE ITAMARACÁ
APELAÇÃO CRIMINAL Nº 317791-3
APELANTE: LEANDRO SOARES DE LIMA
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
DES. RELATOR: LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
DES. REVISOR: ROBERTO FERREIRA LINS
PROCURADORA DE JUSTIÇA: MILTA MARIA PAES DE SÁ

EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. Roubo majorado (art. 157, § 2º, incisos I e II, do CP). Teses de insuficiência de provas para a condenação e de negativa de autoria (art. 386, inciso V e VII, do CPP). Improcedentes. Aplicação do princípio *in dubio pro reo*. Impossibilidade. Autoria e materialidade delitivas devidamente comprovadas. Redução da pena. Procedente. Sentença que, equivocadamente, analisou elementos constitutivos do tipo de roubo como sendo circunstâncias judiciais, de forma a incidir em *bis in idem*. Nova dosimetria penal. **APELAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDA. DECISÃO UNÂNIME.**

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os Desembargadores componentes da 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, **dar provimento parcial** ao recurso, tudo consoante relatório e voto digitados anexos, que passam a fazer parte deste julgado.

Recife,

Leopoldo de Arruda Raposo
 Desembargador Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

ÓRGÃO JULGADOR: 1ª CÂMARA CRIMINAL
JUÍZO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE ITAMARACÁ
APELAÇÃO CRIMINAL Nº 317791-3
APELANTE: LEANDRO SOARES DE LIMA
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
DES. RELATOR: LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
DES. REVISOR: ROBERTO FERREIRA LINS
PROCURADORA DE JUSTIÇA: MILTA MARIA PAES DE SÁ

RELATÓRIO

Trata-se de Apelação Criminal interposta por **LEANDRO SOARES DE LIMA** contra a sentença prolatada pelo Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Itamaracá, que o condenou a 08 (oito) anos e 02 (dois) meses de reclusão em regime inicialmente fechado e ao pagamento de 33 (trinta e três) dias-multa, pela prática do delito tipificado no art. 157, §2º, incisos I e II do Código Penal (roubo majorado).

A denúncia expõe que, no dia 19.12.2010, à 01h, na cidade de Itamaracá, o Réu, juntamente com o acusado Cristiano Queiroz de Azevedo, mediante grave ameaça exercida com emprego de armas de fogo, subtraiu para si um veículo modelo Fiat Palio Weekend, 01 (uma) bolsa, 01 (um) celular, 01 (um) cheque no valor de R\$ 80,00 (oitenta reais) e a quantia de R\$ 70,00 (setenta reais), de propriedade da vítima Tatiane Maria Nunes de Oliveira.

Em suas razões (fls. 223/224), o Apelante alega que não há prova nos autos suficientes para lastrar sua condenação, bem como nega a autoria do delito. Insurge-se, também, contra a dosimetria da pena. Em suma, pugna pela anulação da decisão e que seja declarada sua absolvição. Alternativamente, que se reduza ao patamar mínimo a pena aplicada.

Contrarrazões ministeriais à fls. 236/243, no sentido de que a prova colhida durante a instrução criminal comprova a autoria do fato e a materialidade delitiva. Cita as declarações testemunhais. Ao final, requer o não provimento da apelação.

Parecer da Procuradoria de Justiça às fls. 257/263, aduzindo que não há incidência no caso, do princípio *in dubio pro reo*, uma vez que não há dúvidas sobre a autoria delitiva. Todavia, opina pela redução da pena



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

por não terem sido devidamente fundamentadas muitas das circunstâncias judiciais. Opina pelo provimento parcial do apelo, para que seja reduzido o *quantum* da pena-base e da causa de aumento de pena, para fixá-lo no patamar mínimo de 1/3.

É o relatório.

À Revisão.

Recife, 20 de novembro de 2013.


Leopoldo de Arruda Raposo
Desembargador Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

ÓRGÃO JULGADOR: 1ª CÂMARA CRIMINAL
JUIZO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE ITAMARACÁ
APELAÇÃO CRIMINAL Nº 317791-3
APELANTE: LEANDRO SOARES DE LIMA
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
DES. RELATOR: LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
DES. REVISOR: ROBERTO FERREIRA LINS
PROCURADORA DE JUSTIÇA: MILTA MARIA PAES DE SÁ

VOTO

Presentes os pressupostos de admissibilidade recursal, passo à análise do mérito.

Merece ser acolhido em parte o pleito recursal do Réu.

A materialidade delitiva encontra-se configurada, de acordo com auto de apresentação e apreensão de fls. 20 e prova testemunhal, tanto na fase policial como judicial (fls. 167/169). A autoria do fato também está comprovada, pelas provas já citadas, em especial pelo reconhecimento dos autores pela vítima, embora negada pelos réus.

Assim, não há que se falar em insuficiência de prova para a condenação, na forma do art. 386, inciso VII, do CPP, conforme requer o Apelante.

O Apelante e o corréu Cristiano foram presos após a vítima ter noticiado na Delegacia que sofrera um assalto. O Réu, juntamente com o outro acusado, mediante grave ameaça exercida com emprego de armas de fogo, subtraiu para si um veículo modelo Fiat Palio Weekend, 01 (uma) bolsa, 01 (um) celular, 01 (um) cheque no valor de R\$ 80,00 (oitenta reais) e a quantia de R\$ 70,00 (setenta reais), de propriedade de Tatiane Maria Nunes de Oliveira. Após perseguição, o Recorrente conseguiu fugir, sendo preso em outro momento, enquanto que o outro acusado foi preso na operação.

A vítima reconheceu o Apelante como sendo um dos assaltantes ainda na esfera policial (fls. 11). Em Juízo, ratificou que "reconheceu a pessoa que foi presa como sendo uma das que praticaram o assalto; que o outro indivíduo (Leandro) conseguiu correr da polícia, todavia,



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670
 Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

deixou cair seus documentos; que na Delegacia foram mostrados tais documentos à declarante e esta reconheceu a foto neles constantes como sendo a do segundo indivíduo que praticou o assalto" (fls. 168v). A testemunha presencial que estava com a vítima também afirma ter reconhecido ambos (fls. 168v.) Os policiais que participaram da prisão também confirmam tal versão (fls. 08/09 e 167).

De fato, não há porque duvidar da palavra da vítima, ainda mais quando respaldada pelas declarações testemunhais. Nesse sentido:

Processual Penal – Apelação Criminal - Extorsão mediante seqüestro e Roubo Qualificado: Art. 157, § 2.º, I e II, do Código Penal - Alegação de Insuficiência de provas para as condenações - Inocorrência - Prova Satisfatória - Acusado reconhecido pela vítima- Aplicação da Pena – Pena base fixada a partir da conclusão sobre os maus antecedentes e personalidade voltada para o crime devidamente extraída do processo – Desproporcionalidade na fixação da pena-base para o crime de Extorsão em Relação aos Roubos – Acréscimo no grau máximo sem a indispensável justificação para os roubos – Recurso parcialmente provido. **A palavra da vítima, em crime da natureza patrimonial, devidamente ajustada às evidências dos autos e sem qualquer indicativo que pretendia incriminar falsamente, um desconhecido, constitui prova suficiente para a condenação.** (...). Na hipótese de ocorrerem duas causas de aumento (emprego de arma e concurso de duas pessoas), para os quais o legislador cominou um acréscimo de um terço até metade, já se pacificou o entendimento de que, o acréscimo deve ser de um terço, salvo a existência de circunstâncias especialíssimas devidamente apontadas. (TJPE, Ap. Criminal nº 156782-8, 1ª C. Criminal, Rel. Romero de Oliveira Andrade, j. em 13.05.2009, Publicação 98)

Por outro lado, o Apelante apenas afirma, em seu favor, que estava na casa do tio juntamente com Cristiano e que, após saírem de lá, um amigo deste último lhes ofereceu carona e que logo depois foram perseguidos por uma viatura policial (fls. 170).

Tal versão, no entanto, não encontra amparo naquilo que foi dito pelo corréu Cristiano em sede policial, no sentido de que o Apelante teria chegado em um carro Fiat e foi ao seu encontro em uma praça de Itamaracá (fls. 12). Tampouco as testemunhas de defesa declararam algo sobre o fato criminoso, limitando-se a testemunhar sobre a conduta pessoal dos acusados.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

Diante disso, resta clara a atuação do Apelante no crime apurado, de sorte que é inaplicável o princípio *in dubio pro reo* ao caso e, consequentemente, não há como prosperar o pleito absolutório.

Entretanto, deve ser reformada a dosimetria penal, tanto no que se refere ao cálculo da pena-base como à terceira fase da dosimetria (causas de aumento e de diminuição de pena).

Com efeito, em relação à pena-base, o magistrado *a quo*, equivocadamente, analisou elementos constitutivos do tipo de roubo como sendo circunstâncias judiciais, de forma a incidir em *bis in idem*.

Em outras palavras, ao fundamentar a culpabilidade como intensa porque "ambos ameaçaram a vítima apontando-lhe arma de fogo e tomaram de assalto o veículo de propriedade da vítima", a sentença na verdade fez menção a elementos constitutivos como "subtrair coisa móvel alheia, para si... mediante grave ameaça ou violência a pessoa", próprios do tipo penal em questão. Dessa forma, a pena-base não poderia ser aumentada por esse motivo.

A ausência de arrependimento pelos atos praticados também não pode ser analisada como circunstância judicial. O arrependimento posterior, como se sabe, é causa de diminuição da pena, que deve ser analisado apenas na terceira na fase da dosimetria penal e também não poderia ser aplicada ao crime apurado, visto que pressupõe ausência de violência e grave ameaça à pessoa (art. 16 do CP).

Sobre a perda de parte dos objetos, "o fato de que apenas parte da *res furtiva* foi restituída à vítima **não** pode justificar o aumento da pena-base à título de consequência do crime por se tratar de aspecto subsumido no próprio tipo penal de roubo" (HC 82533/DF, Rel. Min. ARNALDO ESTEVES LIMA, 5ª TURMA, j. em 22/04/2008, DJe 23/06/2008).

Saliente-se que no que se refere à existência de duas causas de aumento da pena (concurso de agentes e uso de arma de fogo), o STJ já pacificou sua jurisprudência no sentido de que, havendo mais de uma, uma delas pode ser utilizada como circunstância judicial (HC 225.156/DF, HC 192.824/MG).

Diante disso, faz-se necessária a alteração na dosimetria penal.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670
 Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

Culpabilidade normal ao tipo penal. O Réu Leandro não possui antecedentes criminais. Sem elementos nos autos para analisar sua personalidade e conduta social. Motivos próprios ao crime de roubo, ou seja, auferir vantagem pecuniária. A consequência da perda da *res furtiva* é própria ao crime em espécie. Circunstâncias do crime são desfavoráveis, uma vez que os acusados utilizaram-se de arma de fogo em plena via pública, colocando em risco a vida das demais pessoas da localidade. O comportamento da vítima não contribuiu para o delito.

Há, portanto, apenas uma circunstância negativa e uma positiva, de modo que se anulam para efeitos de cálculo da pena-base.

Assim, fixo a pena-base em 04 (quatro) anos de reclusão e 10 (dez) dias-multa, à razão de 1/30 do salário mínimo vigente à época do fato. Ausência de atenuantes e agravantes. Ante a incidência da majorante do inciso II, §2º, do art. 157, CP, aumento a pena em 1/3 (um terço), de forma a fixá-la definitivamente em **05 (cinco) anos e 04 (quatro) meses de reclusão e ao pagamento de 13 (treze) dias-multa.**

Determino o regime inicial para o cumprimento da pena o **semiaberto**, na forma do art. 33, §2º, “b” e §3º, do CP.

Ante o exposto, voto pelo **provimento parcial** da apelação, na forma acima expendida.

Recife,

Leopoldo de Arruda Raposo
 Desembargador Relator



279

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins

Apelação Criminal n.º 0317791-3 – Vara Única da Comarca de Itamaracá-PE

Apelante(s):	Leandro Soares de Lima
Apelado(s):	Ministério Público do Estado de Pernambuco
Relator:	Desembargador Leopoldo de Arruda Raposo
Revisor:	Desembargador Roberto Ferreira Lins
Revisor Convocado:	Juiz Joaquim Pereira Lafayette Neto
Procuradora:	Dra. Milta Maria Paes de Sá
Órgão Julgador:	Primeira Câmara Criminal

VOTO DE REVISÃO

Cuida-se de Apelação Criminal interposta por Leandro Soares de Lima contra a sentença prolatada pelo MM. Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Itamaracá, que o condenou à pena de 08 (oito) anos e 02 (dois) meses de reclusão, cumulada ao pagamento de 33 (trinta e três) dias-multa, a ser cumprida em regime inicial fechado, pela prática do crime previsto no artigo 157, §2º, incisos I e II, do Código Penal.

Em síntese, pugna o apelante pela sua absolvição. Alternativamente, requer a redução da pena aplicada.

Pois bem. No que concerne à materialidade do aludido delito, considero estar suficientemente comprovada nos elementos contidos nos autos, notadamente no auto de prisão em flagrante (fl. 08), no boletim de ocorrência (fls. 14/16) e no auto de apresentação e apreensão (fl. 20).

A autoria avulta incontestemente, especialmente nos depoimentos prestados em juízo pelo policial militar que efetuou a prisão em flagrante do apelante, Sr. Rosinaldo de Souza Ramos (fls. 167/167v.), e pela vítima, Sra. Tatiane Maria Nunes de Oliveira (fl. 168v.), que, inclusive, reconheceu o apelante como sendo um dos autores do crime perpetrado contra o seu patrimônio.

Dessa forma, a autoria e a materialidade restaram indenes de dúvidas, não havendo motivos para o afastamento da certeza de que o fato denunciado ocorreu da forma narrada na peça acusatória. Entendo, portanto, que as provas contidas nos autos, conforme exposto pelo magistrado *a quo* na sentença, mostram-se suficientes à condenação do apelante Leandro Soares de Lima, que deve ser mantida.

Superado o pedido de absolvição, passo à análise do pleito de redução da pena corpórea.

Sabe-se que a fixação da pena-base é um processo de discricionariedade juridicamente vinculada, onde o Juiz analisa as circunstâncias judiciais de forma conjunta e fixa a pena dentro dos limites previstos no tipo penal, valendo-se do seu livre convencimento, desde que devidamente fundamentado.

Assim, para chegar a uma aplicação justa e suficiente da lei penal, o sentenciante, dentro dessa discricionariedade juridicamente vinculada, deve atentar para as singularidades do caso concreto, guiando-se pelos oito fatores indicativos relacionados no *caput* do art. 59 do Código Penal.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins

Apelação Criminal n.º 0317791-3 – Vara Única da Comarca de Itamaracá-PE

Analisando a sentença condenatória, verifico que o magistrado sentenciante fixou a pena-base do réu, ora apelante, em 05 (cinco) anos e 06 (seis) meses de reclusão, cumulada ao pagamento de 26 (vinte e seis) dias-multa, por entender que militam em seu desfavor as circunstâncias judiciais referentes à culpabilidade e às consequências. À minguada de circunstâncias agravantes e atenuantes, na terceira fase do processo dosimétrico exasperou a pena em 02 (dois) anos e 08 (oito) meses de reclusão, acrescidos de 07 (sete) dias-multa, pela incidência das majorantes dos incisos I e II do parágrafo 2º do art. 157 do CP, sem, contudo, indicar qual patamar foi utilizado para exasperar a pena, tornando-a definitiva em 08 (oito) anos e 02 (dois) meses de reclusão, acrescida de 33 (trinta e três) dias-multa.

Entretanto, na primeira fase do processo dosimétrico, entendo que nenhuma circunstância judicial pode ser tida como desfavorável ao apelante, uma vez que o magistrado sentenciante utilizou elementos próprios do tipo penal para exasperar a pena nessa fase. Sendo assim, não militando nenhuma circunstância judicial em desfavor do acusado, faz-se mister a aplicação da sua pena-base no mínimo legal, ou seja, 04 (quatro) anos de reclusão, cumulada ao pagamento de 10 (dez) dias-multa.

Ausentes circunstâncias agravantes e atenuantes, verifico a ocorrência de duas majorantes do crime de roubo, quais sejam, emprego de arma de fogo e concurso de agentes.

Na terceira fase da dosimetria, o togado sentenciante majorou a pena em 02 (dois) anos e 08 (oito) meses, sem indicar qual patamar foi utilizado e sem qualquer fundamentação. Nesse aspecto, compartilho o entendimento firmado pelo Tribunal da Cidadania no sentido de que a presença de mais de uma majorante no crime de roubo não é causa obrigatória de aumento da reprimenda em patamar acima do mínimo previsto, a menos que, considerando as peculiaridades do caso concreto, sejam expostos motivos idôneos para tal exasperação, o que não ocorreu na espécie, razão pela qual exaspero a pena no mínimo legal, qual seja, 1/3, tornando-a definitiva em 05 (cinco) anos e 04 (quatro) meses de reclusão, cumulada ao pagamento de 13 (treze) dias-multa, a ser cumprida no regime inicial semiaberto.

Ante o exposto, voto no sentido de dar parcial provimento ao apelo, apenas para reduzir a pena do apelante para 05 (cinco) anos e 04 (quatro) meses de reclusão, cumulada ao pagamento de 13 (treze) dias-multa, a ser cumprida no regime inicial semiaberto, mantendo-se a sentença condenatória em seus demais termos.

É como voto.

Juiz Joaquim Pereira Lafayette Neto
Revisor Convocado